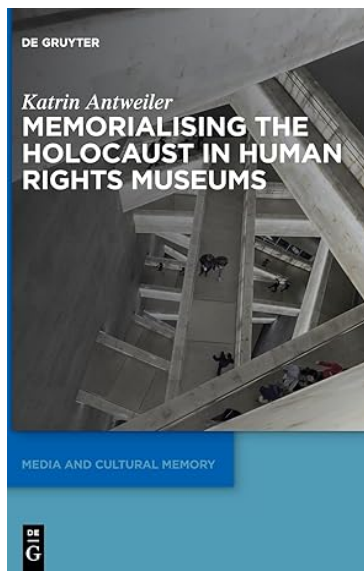


Memorializing the Holocaust in Human Rights Museums

Amanda Moura da Costa*



ANTWEILER, Katrin. *Memorializing the Holocaust in Human Rights Museums*. Berlin: De Gruyter, 2023. 250p.

As diversas manifestações da memória do Holocausto, a recente categoria de museus de direitos humanos¹ e o emergente uso da memória como uma técnica fundamental de poder e governação, permite à Katrin Antweiler avançar no seu livro com a premissa de que *“exhibitions and educational programmes about the Holocaust are increasingly being designed to foster the core values of liberal democracy and aim to create a sense of widely shared responsibility for society and for humanity at large”* (p.2).

A autora é pesquisadora na Universidade de Bremen (Alemanha), no Departamento de Antropologia e Pesquisa Cultural, com interesse especial em políticas da memória, memória do Holocausto, narrativas históricas globalizadas e estudos museológicos. Concluiu o mestrado em Estudos Culturais (2016) na Universidade Humboldt (Alemanha). Doutora pela Universidade Justus Liebig de Giessen com o projeto *“Memorialisation the Holocaust in Human Rights Museums. A Comparative Analysis of Memory as a Means of Government”* (2022).

* Estudante de Doutoramento em Patrimônio Cultural e Museologia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Patrimônio Cultural e Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Licenciada em Filosofia pela Universidade do Minho. E-mail: amandahst05@gmail.com

¹ A relação dos direitos humanos com a Museologia e suas práticas aparece como resultado do movimento pelos direitos civis e políticos da década de 1960.

Publicou “*Memory as a means of governmentality*” (2023), “*The Coloniality of Holocaust memorialization in post-apartheid South Africa*” (2022) e “*Unlearning Prejudice Through Memory? Contemporary German Memory Politics and Human Rights Education*” (2019). Atualmente, Katrin Antweiler integra o Grupo Internacional e Interdisciplinar de Treinamento em Pesquisa, o “*Contradiction Studies*” da Universidade de Bremen, financiado pela Fundação Alemã de Pesquisa, e pesquisa as formas e funções atuais dos programas de educação sobre o Holocausto para refugiados, com o objetivo de compreender melhor como os paradoxos da democracia plural são negociados com base em práticas mnemônicas.

O livro “*Memorialising the Holocaust in Human Rights Museums*” ao longo de nove capítulos apresenta um conjunto de conceitos e estudos de caso que aprofundam e desafiam os entendimentos sobre as políticas de memória do Holocausto. O enquadramento teórico considera textos acadêmicos dos estudos de memória e de museus, sobre a teoria da governabilidade – recorrendo à Michel Foucault – sobre a Museologia dos direitos humanos, os debates pós-coloniais e sobre críticas ao neoliberalismo².

O desenvolvimento do livro segue uma estratégia de investigação e metodologia que a autora considera, como: um estudo decolonial da memória pública a partir da perspectiva da governabilidade global. A estrutura analítica de pesquisa apresentada, para os estudos de memória, fornece uma ferramenta analítica que permite a compreensão da relação entre as políticas de memória e as políticas de cidadania.

Atualmente, os estudos museológicos entrelaçam-se com a teoria cultural, mas os estudos museológicos desenvolveram-se separadamente dos estudos da memória – sem retirar, entretanto, colaborações. Destaque para a publicação recente de Amy Sodaro (2018) que relaciona a memória, os estudos museológicos e o aumento do interesse pela memória dos últimos anos. Caracterização que reflete a exigência normativa para que as sociedades trabalhem para lidar com a violência e atrocidades do passado.

Nesse sentido, o(s) contexto(s) do livro destaca a utilização dos museus como uma ferramenta de governança capaz de educar e aumentar a conscientização dos cidadãos e, também, a institucionalização e instrumentalização da memória que acaba

² Em Michel Foucault a teoria da governabilidade é utilizada como grade de análise para todas as relações de poder existentes. A teoria ressurgiu entre o século XIX e XX com o neoliberalismo e envolve o surgimento do processo de governamentalização do Estado, que culminou no surgimento da tecnologia de poder que hoje estamos submetidos.

sendo direcionada para efeitos neoliberais. Os padrões culturais vigentes e dominantes de recordação e comemoração produzem racionalidades políticas, moldam normas de conduta e influenciam a política cultural.

Originado por uma investigação académica de doutoramento, o livro segue o interesse de pesquisa da autora em estudos museológicos quanto a memória do Holocausto. Katrin Antweiler utiliza três museus como estudos de caso e que possuem em comum a denominação de museus de direitos humanos e representam o Holocausto. Sendo eles: o Memorial dos Julgamentos de Nuremberg (Alemanha), o Museu Canadense de Direitos Humanos (Canadá) e o Centro do Holocausto e Genocídio de Joanesburgo (África do Sul). Ademais, segundo a autora, os três museus estão localizados em países que possuem uma história de segregação racial sistematizada – seja por diferentes variações do colonialismo ou por causa do Nacional-Socialismo.

Logo, trata-se de uma análise comparativa das representações do Holocausto em museus de direitos humanos. Parte da pergunta: como tais representações em museus de direitos humanos podem afetar ou permitir uma influência particular no comportamento dos visitantes? Geralmente os estudos para aferir um impacto das iniciativas museológicas seguem uma metodologia de analisar os visitantes e não visitantes. Entretanto tal metodologia não é seguida no livro, a análise dos estudos de caso não considera a forma como os visitantes percebem as exposições.

A autora considera como material de análise as narrativas dos museus, os enredos e os recursos visuais (mídia) usados para apoiar o enredo. Os museus são caracterizados no seu contexto social, bem como a exposição e os materiais educativos. O conceito de memória pública aparece descrita como capaz de moldar indiretamente a conduta dos cidadãos e influenciar a forma de se envolverem na sociedade. Não obstante, a relação do Holocausto com os direitos humanos é apresentada como uma técnica de governo. Para a autora, a memória do Holocausto funciona como uma técnica de governo porque dissemina um conceito normativo de cidadania e conduz a uma programação de comportamento.

O caminho conceptual da autora baseia-se na história como “lições”, um voltar-se ao passado para aprender com ele. Como o livro é resultado de uma tese de doutoramento, as diversas premissas são justificadas ao longo dos capítulos. O capítulo “*The Museum of Doubt: A Thought Experiment*” é referido como um experimento mental que explora um aspecto da memória do Holocausto que até o momento só foi mencionado de passagem: o potencial da memória para estimular a

desobediência. Segue-se uma tentativa de propor uma alternativa à política de memória dominante. Para isso, a elaboração do “Museu da Dúvida” faria sentido ao trazer o benefício da dúvida sobre o Holocausto.

A perspectiva da governabilidade se justifica ao longo do livro pela capacidade de o enredo sobre o Holocausto nos museus de direitos humanos influenciar a conduta dos cidadãos. A memória pública é entendida como um meio de governo em si e, ao visitar os museus, as pessoas compartilhariam a posição de estar “do lado certo da história”.

O caminho conceptual e teórico do livro destaca os museus como tecnologia derivada das Ciências Sociais e, portanto, como ferramenta de intervenção e transformação da realidade. Isso pode ser observado pela capacidade de os museus influenciarem o comportamento das pessoas. O enredo do Holocausto torna-se mais potente pelo modo como é colocado em cada uma das estruturas gerais dos museus porque os cidadãos são envolvidos e sentem-se representados.

Em suma, a autora justifica o uso da teoria da governabilidade através da capacidade de o enredo do Holocausto nos museus de direitos humanos influenciar a conduta dos cidadãos, logo, a memória pública passa a ser entendida como um meio de governo em si. A memória pública, que é condicionada pela relação entre Holocausto e direitos humanos, produz um certo tipo de cidadão-sujeito global. A autora o chama de defensor dos direitos humanos historicamente consciente. Além disso, o estudo dos três museus concluiu que a ligação da memória do Holocausto aos direitos humanos acontece através de um complexo de múltiplas camadas de políticas de memória.

Referencias

ANTWEILER, K. **Memorialising the Holocaust in Human Rights Museums**. De Gruyter, 2023

SODARO, A. **Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence**. Rutgers University Press, 2018

Data de recebimento: 26.01.2024

Data de aceite: 02.02.2024